

1º BOLETIM TÉCNICO

Escola que PROTEGE!

Dados sobre Violências
nas Escolas



Boletim Técnico “**Escola que Protege: Dados sobre Violências nas Escolas**” produzido pelas equipes técnicas do Ministério da Educação, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com cooperação da Unesco no Brasil no âmbito do projeto 914BRZ1152, com dados do ObservaDH, intitulado pela Portaria MDHC nº 571/2023. Em consonância com o Sistema Nacional de Acompanhamento à Violência nas Escolas - Snavel regulamentado pelo Decreto nº 12.006/2024. Material produzido em Dezembro de 2024.

RESUMO

Esta primeira edição do boletim traz um panorama das diferentes formas de violência que impactam o ambiente escolar, com base em dados oficiais já disponíveis. A análise foi construída a partir de indicadores de diversas fontes, como o Saeb e o Censo Escolar, do Ministério da Educação (MEC), a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério da Saúde (MS), o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e as pesquisas Munic, Estadic e Pnad Contínua, do IBGE.

Com esses dados, buscamos compreender tanto as condições estruturais das escolas quanto os fatores sociais e emocionais que afetam a segurança e o clima escolar. Essa abordagem está alinhada às diretrizes do Snav e visa contribuir para o desenvolvimento de políticas de prevenção e resposta às violências, fortalecendo o ambiente escolar como um espaço seguro para todos.

SUMÁRIO

6.

APRESENTAÇÃO

9.

VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

12.

ATAQUES DE VIOLÊNCIA EXTREMA

19.

VIOLÊNCIAS NO ENTORNO E NOS TERRITÓRIOS

23.

VIOLÊNCIAS INTRAESCOLARES

29.

PREVENÇÃO E RESPOSTA À VIOLÊNCIA



APRESENTAÇÃO

O **Ministério da Educação**, por meio da **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi)**, em parceria com o **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania** e o **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, com cooperação da **Unesco¹ no Brasil**, apresenta o **1º Boletim Técnico Escola que Protege: Dados sobre Violências nas Escolas**.

Este documento reúne dados sistematizados no módulo "**Violências nas Escolas**", que integra o **Observatório Nacional dos Direitos Humanos - ObservaDH**. O boletim tem como objetivo consolidar informações sobre diferentes manifestações de violência que afetam as comunidades escolares e oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas e ações estratégicas de prevenção e resposta.

Os dados utilizados foram obtidos a partir de 27 indicadores selecionados de fontes como o **Saeb/MEC**, o **IBGE** e registros do **Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e Ministério da Saúde**.

Esses indicadores estão organizados em quatro dimensões:

- Ataques de violência extrema
- Violências no entorno das escolas
- Violências intraescolares
- Estruturas institucionais de prevenção e resposta

¹ Esta publicação tem a cooperação da Unesco no âmbito do projeto 914BRZ1152. As indicações de nomes e a apresentação desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da Unesco a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da Unesco nem comprometem a Organização.

Este primeiro boletim traz uma análise inicial das informações disponíveis, destacando evidências relevantes para o diagnóstico e o monitoramento das violências nas escolas.

Entre os principais pontos observados estão:

- O registro de episódios de ataques de violência extrema em ambientes escolares.
- A influência de fatores socioeconômicos nas violências ocorridas no entorno das escolas.
- As formas de violência intraescolar, como *bullying*, discriminação racial e de gênero.
- A presença e a ausência de estruturas institucionais voltadas à prevenção e ao enfrentamento das violências.

DADOS COMO FERRAMENTA PARA DIAGNÓSTICO E MONITORAMENTO

O boletim apresenta dados coletados ao longo de 2024, buscando caracterizar o fenômeno das violências contra as escolas no Brasil e suas diversas interfaces. Essas informações podem apoiar gestores educacionais e autoridades locais na tomada de decisão e na formulação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das violências nas escolas. Além disso, busca inspirar estados e municípios a criarem seus próprios Observatórios Locais de Violência Escolar, como uma estratégia para fortalecer ações de monitoramento e resposta a partir das especificidades de cada território.



Escaneie o QR Code acima ou visite:
<https://observadh.mdh.gov.br/violenciasnasescolas>
para obter mais informações.

ObservaDH



MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Cooperação:



VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Em resposta aos ataques de violência extrema contra escolas ocorridos nos últimos anos, o Estado brasileiro criou o **Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas - Snave**, em agosto de 2023.² A regularização do Snave, por meio do Decreto nº 12.006, de 24 de abril de 2024, estabeleceu diretrizes de atuação em várias frentes: a produção de estudos e levantamentos detalhados de ocorrências de violência escolar, a sistematização de medidas eficazes de gestão para o combate à violência, a promoção de programas educacionais e sociais destinados a formar uma cultura de paz, o assessoramento direto às escolas consideradas violentas e o apoio psicossocial aos membros da comunidade escolar que sejam vítimas de violência, tanto no ambiente escolar quanto em seu entorno.

O Decreto especifica, ainda, que o sistema será implementado em colaboração com estados, municípios e Distrito Federal, visando garantir uma atuação articulada em todo o território nacional. A adesão dos entes federativos ocorrerá mediante ato conjunto dos Ministérios da Educação e Ministério da Justiça e Segurança Pública, buscando integrar esforços para uma gestão eficiente da prevenção das violências nas escolas.

As principais ações do SNAVE incluem o desenvolvimento de protocolos para a prevenção de ameaças de violência, a capacitação de profissionais da educação para atuar na prevenção e na resposta a emergências, além da orientação para a criação de planos de prevenção e resposta a

² BRASIL. Lei nº 14.643, de 2 de agosto de 2023. Autoriza o Poder Executivo a implantar serviço de monitoramento de ocorrências de violência escolar. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14643.htm. Acesso em: 14 nov. 2024. BRASIL. Decreto nº 12.006, de 24 de abril de 2024. Institui o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas e regulamenta a Lei nº 14.643, de 2 de agosto de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12006.htm. Acesso em: 14 nov. 2024.

situações de violência. O sistema prevê o monitoramento constante de ameaças e o apoio a rondas especializadas, reforçando a segurança nas escolas e prevenindo a ocorrência de novos casos de violência extrema.

A formação continuada dos profissionais de educação é uma etapa fundamental para a implementação do sistema. O MEC é responsável por essa formação, que inclui também a implementação de práticas de reconhecimento e valorização da diversidade, de acolhimento e de respeito mútuo entre os membros da comunidade escolar, por meio de práticas restaurativas, de gestão democrática e participativa, e de atuação na resposta e reconstrução de escolas afetadas por violência extrema.

Além disso, as escolas serão orientadas a desenvolver seus próprios protocolos e planos territoriais de prevenção e resposta à violência extrema. Nesse contexto, a operacionalização do Snavé no âmbito do MEC será regulamentada por meio de Portaria que institui o **Programa Escola que Protege - ProEP**.

No que diz respeito às medidas de monitoramento de ocorrências e ameaças de violência extrema contra as escolas, no eixo Dados e Monitoramento, o ProEP construiu – em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Unesco no Brasil e Fórum Brasileiro de Segurança Pública – o **Módulo “Violências nas Escolas”**, no ObservaDH, plataforma de difusão e análise de informações estratégicas sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil.³

Na elaboração do módulo, foram utilizadas fontes de dados

³ O ObservaDH, instituído no âmbito do MDHC pela Portaria nº 571 de 11 de setembro de 2023, tem o papel de fornecer evidências fundamentadas para o planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas de defesa, promoção, proteção, educação e cultura em direitos humanos, atuando em diferentes níveis de governo e junto à sociedade civil.

atualizáveis e de dados de acesso público, como os que abordaremos no presente informe: o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan/Ministério da Saúde), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb/Inep/MEC), a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE/IBGE/MS) e o Censo Escolar (Inep/MEC).

O Módulo “Violências nas Escolas”, no ObservaDH, pretende:

- a)** publicar boletins semestrais dos dados monitorados;
- b)** elaborar indicadores para padronização de diagnósticos das redes de ensino;
- c)** orientar e mobilizar os entes para a criação de observatórios estaduais e municipais de monitoramento das violências nas escolas.

Apresentamos, a seguir, o conjunto de narrativas de dados que compõem a versão de lançamento do módulo “Violências nas escolas”, no ObservaDH.

ATAQUES DE VIOLENCIA EXTREMA



Imagen: ObservaDH

Segundo os dados levantados, desde 2001, foram contabilizados 43 ataques de violência extrema contra escolas brasileiras, vitimando 168 pessoas, sendo 115 feridos e 53 vítimas fatais. Dentre as vítimas fatais, 6

eram autores dos ataques. É importante destacar que aproximadamente um terço dessas ocorrências, ou seja, 15 episódios, culminou na morte de ao menos uma vítima.

No período de 2001 a 2018, ocorreram 10 ataques às escolas. Na maioria desses anos, não ocorreu nenhum atentado (2004-2007, 2009-2010, 2013-2016). A partir de 2019, no entanto, observamos um aumento significativo desses episódios de violência extrema. Com exceção ao ano de 2020, no qual as escolas permaneceram fechadas em razão da pandemia de SARS-CoV-2, a Covid-19, todos os anos desde então tiveram ao menos dois ataques. O quadro se acentua gravemente em 2022 e 2023, período em que ocorreram 10 e 15 ataques, respectivamente. Apenas em 2023, nove pessoas morreram e 29 ficaram feridas em ataques violentos contra as escolas.

Esses ataques se diferenciam de outras formas de violência escolar, como discriminação, *bullying*, conflitos entre alunos, ocorrências relacionadas à criminalidade urbana e crimes patrimoniais contra as escolas. Como explica Victor Grampa, um dos conteudistas do curso Recomendações para Proteção e Segurança no Ambiente Escolar desenvolvido pelo MEC, esses episódios podem ser caracterizados como ataques intencionais e premeditados, direcionados ao ambiente e à comunidade escolar, atentando contra a vida e a integridade física das pessoas, por meio do uso de armas de diversos tipos.⁴

⁴ Disponível em: <<https://avamec.mec.gov.br/#/instituicao/seb/curso/15582/informacoes>>. O curso, por sua vez, é uma das estratégias para a implementação da Cartilha Recomendações para Proteção e Segurança no Ambiente Escolar, publicada pelo Ministério da Educação em 19 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilha_recomendacoes_protecao_seguranca_ambiente_escolar.pdf>.

43
168

Ataques de violência extrema contra escolas ocorreram desde 2001.

Pessoas vitimadas:

Vítimas fatais

27,9%

Vítimas feridas

68,4%

 6 autores vieram a óbito.



100% dos autores dos ataques eram do sexo masculino, muitos estimulados por discursos de ódio e **comunidades extremistas** na internet

Fonte: Adaptado de Telma Vinha et al. (2023); Grupo de Trabalho de Especialistas em Violência nas Escolas, (MEC, 2023) e levantamento desta consultoria.

A compilação sobre os 43 episódios de violência extrema contra escolas está ancorada em dois estudos principais: o relatório **Ataques de Violência Extrema no Brasil**, coordenado pela pesquisadora Telma Vinha, publicado em novembro de 2023, que investigou a frequência, as circunstâncias dos eventos e as características dos agressores e vítimas; e o relatório **Ataques às Escolas no Brasil**, coordenado pelo pesquisador Daniel Cara, resultado do Grupo de Trabalho de Especialistas em Violência nas Escolas instituído pelo Ministério da Educação, publicado em outubro de 2023.⁵

⁵ VINHA, T. et al. Ataques de violência extrema em escolas no Brasil: causas e caminhos. São Paulo: D3e, 2023. Disponível em: <https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio_2311_attaques-escolas-brasil.pdf>. CARA, D. et al. Ataque às Escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental – Grupo de Trabalho de Especialistas em Violência



Imagen: ObservaDH. Mapa de ataques de violência extrema contra escolas no Brasil, 2001 a 2024. Fonte: Adaptado de Telma Vinha et al. (2023); Grupo de Trabalho de Especialistas em Violência nas Escolas, (MEC, 2023) e levantamento desta consultoria.

O Relatório **Ataques às Escolas no Brasil** destaca que, em 100% dos casos, os agressores eram meninos/homens motivados por discursos de ódio e comunidades on-line de violência extrema. Inspirados por ataques como o de Columbine, nos EUA, os eventos combinam elementos como vingança, ideologias extremistas, planejamento detalhado e busca por

nas Escolas, MEC, 2023. Disponível em: < <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/grupos-de-trabalho/prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-nas-escolas/resultados/relatorio-ataque-escolas-brasil.pdf> >. Eventos ocorridos após outubro de 2023 foram levantados a partir de material da imprensa por esta consultoria. Ressaltamos que foram incluídos aqui eventos que atendem aos critérios de ataques intencionais contra o ambiente escolar, com premeditação e o uso de armas. No entanto, alguns desses episódios podem não constar no relatório do GT de especialistas devido a diferenças nos critérios de definição ou na interpretação do perfil dos autores envolvidos.

notoriedade. Estudos apontam que a prevalência de armas de fogo, muitas vezes obtidas em casa, aumenta a letalidade dos ataques.

Ainda segundo o relatório, a flexibilização das leis de posse de armas e a proximidade de clubes de tiro às escolas reforçam a cultura armamentista que agrava o risco de violência.

Este fundamento pode ser verificado na análise sobre o tipo de arma utilizada nos ataques. Em 19 desses ataques, foram empregadas armas de fogo, em 20, armas brancas e, em quatro, foram utilizados outros tipos de armamentos. Vale ressaltar que a letalidade dos ataques com armas de fogo é significativamente maior, sendo responsáveis por 36 das 44 mortes. Em outras palavras, a cada 11 vítimas fatais, nove foram alvejadas por disparos de arma de fogo.

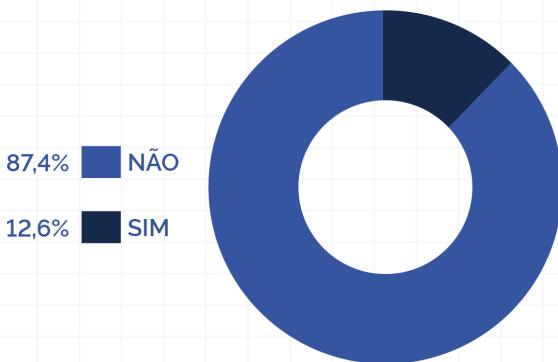
Estes dados demonstram a necessidade de controle rigoroso sobre a liberação e a posse de armas de fogo, pois a presença dessas nas escolas, ou em seus territórios, contribui para naturalização das violências, além de propiciar medo e insegurança no trajeto e nas dependências da escola, prejudicando o processo de ensino aprendizagem e provocando evasão ou abandono escolar.

Em 2024, os estudos encomendados pelo Ministério da Educação, sob a liderança da Coordenação-Geral de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas, na Secadi, apontaram que as principais causas dos ataques de violência extrema incluem o aumento do extremismo e sua disseminação por meios digitais que promovem discriminações variadas; a falta de controle e criminalização de discursos e práticas de ódio; a promoção da cultura armamentista e a glorificação da violência; a prevalência de *bullying*, preconceitos e discriminações no ambiente escolar; e a insuficiente formação profissional para lidar com questões

como mediação de conflitos. Esses fatores, conforme detalhado pelos estudos, geram uma ruptura nos vínculos democráticos e uma desumanização que intensifica os processos de violência extrema.

Uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, realizada em julho de 2023, a pedido do MEC, estimou que 12,6% das escolas brasileiras sofreram ameaça ou tentativa de ataque nos 12 meses anteriores à pesquisa (isto é, 12,6% do total, ou 16.506 escolas).⁶

Ocorrência de ameaças e tentativas de ataques violentos no espaço escolar. Brasil, 2023



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, INEP, 2023.

⁶ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. A visão da gestão escolar sobre os ataques violentos às escolas brasileiras: uma abordagem exploratória das medidas adotadas para prevenção e enfrentamento do problema. FBSP, INEP: 2023.

A Operação Escola Segura, coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e SaferNet Brasil, atua de forma integrada para garantir a segurança nas escolas com ações preventivas e repressivas 24 horas por dia. Lançada em 6 de abril de 2023, inclui um canal exclusivo para denúncias anônimas sobre ameaças e ataques, preservando o sigilo das informações recebidas.⁷

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania ampliou a iniciativa com o número de WhatsApp (61) 99611-0100 e o Disque 100 para o envio de denúncias por texto, áudio, foto e vídeo. Embora os dados gerais da operação em 2023 tenham sido divulgados, os dados atuais são considerados sensíveis e, por decisão conjunta dos ministérios, não serão divulgados para evitar efeitos contrários. A operação segue em constante aperfeiçoamento, priorizando a segurança das escolas.⁸

Informações sobre possíveis ameaças e ataques contra as escolas podem ser enviadas para o referido canal de denúncias. Todas as denúncias são anônimas e as informações enviadas serão mantidas sob sigilo.

⁷ Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/canais-de-denuncias/escolasegura>>.

⁸ Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/denunciar-violacao-de-direitos-humanos>>.

VIOLÊNCIAS NO ENTORNO E NOS TERRITÓRIOS

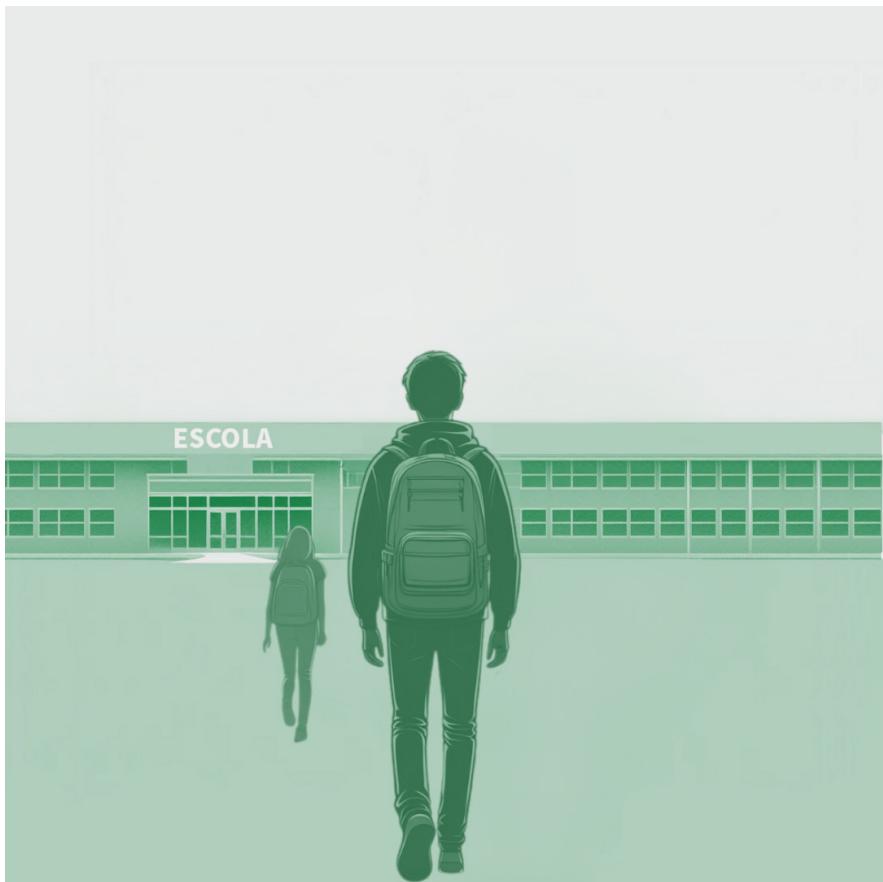


Imagen: ObservaDH.

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado desafios significativos relacionados à violência extrema nas escolas. No entanto, a violência que afeta a comunidade escolar não se restringe apenas a esses ataques. A

violência no entorno e nos territórios das escolas também desempenha um papel crucial, interrompendo o calendário escolar e impactando a percepção de segurança entre alunos, educadores e toda a comunidade na qual a escola se localiza.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb pesquisa a cada dois anos⁹, na rede pública e em uma amostra da rede privada, a percepção da equipe gestora das escolas brasileiras sobre a ocorrência de situações de violência. Segundo esse levantamento, 669 escolas brasileiras tiveram o calendário escolar interrompido, em 2021, devido a episódios violentos, representando 0,9% das instituições de educação básica pesquisadas no país.¹⁰

As escolas que tiveram o calendário escolar interrompido devido a episódios violentos estão, em sua maioria, localizadas em áreas urbanas: 600 instituições de ensino, representando 89,7% do total de escolas em que o calendário letivo foi interrompido ao menos uma vez ao ano.

Chama a atenção, em especial, o número de escolas que relataram a ocorrência de ao menos um episódio de tiroteio ou bala perdida no ano: 1.295 (1,7%). Análoga ao perfil das escolas que interromperam o ano letivo por episódios de violência é a localização daquelas em que ocorreram tiroteios: 1.205 (93,1%) se localizam em perímetro urbano.

Na análise da distribuição entre as Unidades da Federação, verificamos uma relevante disparidade no Estado do Rio de Janeiro em relação

⁹ A última versão do SAEB disponibilizada no portal do INEP oferece dados referentes a 2021. Assim como para as demais pesquisas do calendário regular de órgãos como INEP e IBGE, as variáveis elencadas neste informe poderão ser atualizadas em função da disponibilização dos dados das pesquisas mais recentes. No caso do SAEB, são aguardados os dados da pesquisa de 2023.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>>.

aos demais estados: 586 informaram a ocorrência de ao menos uma situação de tiroteio ou bala perdida na escola no ano de 2021 (13,5% das escolas do Estado).

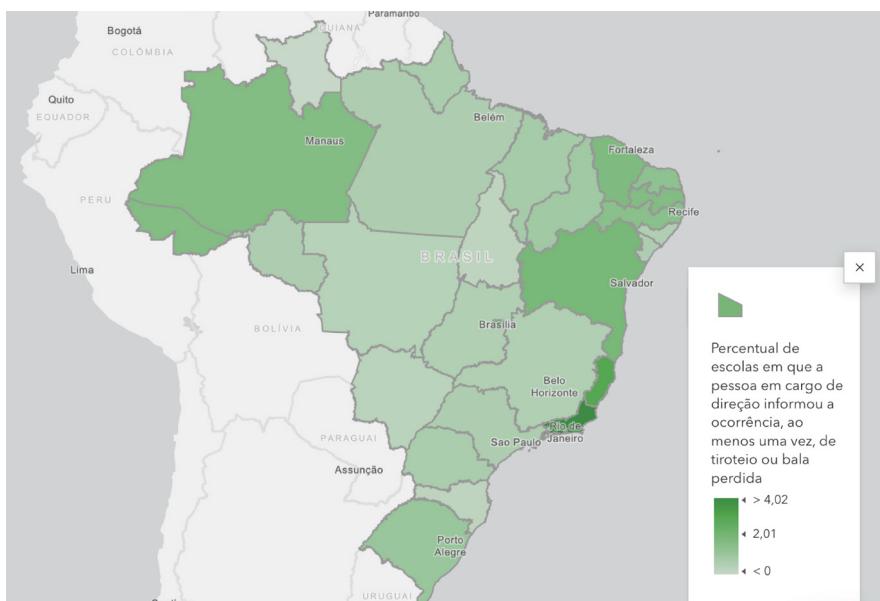


Imagen: ObservaDH Mapa da percepção de diretores sobre a ocorrência de situações de violência na escola em que trabalham: tiroteio ou bala perdida (em %) – Unidades da Federação, 2021.

Elaboração CGIE/MDHC. Fontes: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), 2021; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Esses episódios não apenas interrompem as atividades escolares, mas também geram um ambiente de medo e insegurança que reverbera para além dos muros das escolas. A sensação de insegurança afeta a frequência escolar, como demonstram os dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizada pelo Ministério da Saúde em parceria com o IBGE e com o apoio do Ministério da Educação. Os dados

demonstram que, em 2019, 11,6% dos estudantes brasileiros de 13 a 17 anos deixaram de ir à escola, nos 30 dias anteriores à pesquisa, devido à falta de segurança no trajeto entre a casa e a escola.

Desses alunos, 10,8% ausentaram-se das aulas pelo mesmo motivo, mas dentro do ambiente escolar.¹¹ Esses números refletem uma realidade alarmante, onde a violência e a sensação de insegurança comprometem diretamente a educação e o desenvolvimento desses jovens.

A sensação de segurança nas comunidades é especialmente influenciada pela qualidade dos serviços públicos, incluindo creches e escolas públicas.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), realizada pelo IBGE, em 2021, 25,9% das pessoas com 15 anos ou mais relataram sentir-se inseguras ao andar sozinhas nas redondezas de suas residências quando havia uma creche ou escola pública avaliada como boa ou ótima.¹² Em contraste, 41,7% das pessoas se sentiam inseguras em áreas com creches ou escolas públicas avaliadas como ruins ou péssimas. Os dados sugerem que a melhoria na percepção da qualidade das instituições educacionais tem um impacto positivo na sensação de segurança nos territórios em que se localizam as escolas.

11 Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html?edicao=34256&t=o-que-e>>.

12 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101984_informativo.pdf>.

VIOLÊNCIAS INTRAESCOLARES



Imagen: ObservaDH

As violências fazem parte do ambiente escolar tanto no que diz respeito àquelas que podem ser captadas pelos registros oficiais (como nos casos em que a vítima procura um equipamento público para atendimento)

quanto às violências que se manifestam no cotidiano e são percebidas pelas pessoas ali presentes.

Casos de violência atendidos em serviços públicos e privados de saúde são de notificação obrigatória no Sistema de Informação de Agravo de Notificação - Sinan, do Sistema Único de Saúde (SUS). Apenas em 2023, foram registradas 13.117 vítimas de violência interpessoal nas escolas em todo o Brasil. Dentre estas, 2.204 se referem a violência autoprovocada (16,8%). Entre 2013 e 2023, foi registrado o total de 60.985 vítimas de violência interpessoal nas escolas, período em que também foram notificadas 9.437 vítimas de violência autoprovocada. Houve uma variação significativa no número de casos registrados ao longo desses 10 anos, de 247,8%. A variação específica para os casos de violência autoprovocada foi ainda mais alarmante, atingindo 954,5%.

Em termos do perfil da vítima, as notificações informam que a maior parte delas eram do sexo feminino: foram 7.944, 60,6% do total, enquanto 5.171 vítimas eram do sexo masculino, correspondendo a 39,4%. Ao considerar a cor ou raça das vítimas, os dados mostram que 6.505 eram negras (5.411 pardas e 1.094 pretas, totalizando 52,5%), 5.687 eram brancas (45,9%), 102 eram amarelas (0,8%), 98 eram indígenas (0,8%). Em 725 casos a cor ou raça não foi especificada.

Notificações de violência interpessoal na escola em 2023

Perfil das vítimas:



Sexo feminino

60,6%

Sexo masculino

39,4%



Raça/Cor:



■ 52,6% negras (pardas e pretas)

■ 45,9% brancas

■ 0,8% amarelas

■ 0,8% indígenas

Fonte: Sistema de Informação de Agravo de Notificação/Datasus;
Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Quanto aos tipos de violência que ocorrem no ambiente escolar, a maior parte dos casos notificados foi de violência física, foram 6.558 casos (50% do total), seguido de violência psicológica/moral, 3.123 vítimas (23,8% dos casos), e violência sexual, 3.033 vítimas (23,1% dos casos). Em 35,9% dos casos, o agressor era um amigo ou conhecido da vítima.



Fonte: Sistema de Informação de Agravo de Notificação/Datasus;
Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Os dados sobre a percepção dos diretores das escolas, coletados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), dão um panorama da violência que se expressa no cotidiano escolar. Em 2021, 37,6% dos diretores informaram ao menos uma ocorrência de *bullying* e 15,5% relataram a ocorrência de episódios de discriminação.

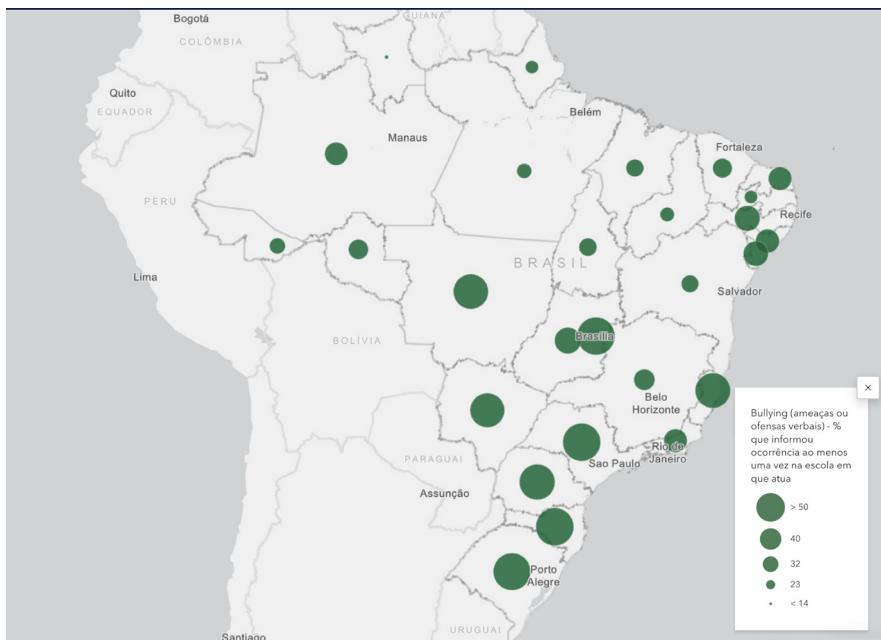


Imagem de Mapa percepção das pessoas em cargo de direção sobre a ocorrência de Bullying, discriminação e assédio ao menos uma vez na escola em que trabalha. Elaboração ObservaDH.
Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil), 2021; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Considerando a percepção dos professores nos dados coletados pelo Saeb, as situações apontadas como as mais frequentes, nas escolas em 2021, foram: *bullying* (46%), discriminação (25,9%), depredação do patrimônio escolar (21,6%) e roubo ou furto (13,7%).

Em sentido semelhante, a PeNSE, revela que 39,1% dos estudantes de 13 a 17 anos sentiram-se humilhados por provocações de colegas da escola ao menos uma vez nos 30 dias anteriores à pesquisa. Dentre as motivações para a humilhação, 16,5% informaram que esta ocorreu por

causa da aparência do corpo, 10,9% pela aparência do rosto, 4,6% pela raça/cor e 2,5% pela orientação sexual.

A PeNSE de 2019 também captou a autoavaliação dos estudantes dessa faixa etária a respeito de sua saúde mental: 17,7% avaliam negativamente a própria saúde mental nos 30 dias anteriores à pesquisa. No entanto, a disparidade entre meninos e meninas é significativa, evidenciando um quadro mais grave entre as estudantes do sexo feminino. Enquanto 27% das meninas de 13 a 17 anos avaliaram sua saúde mental de forma negativa, apenas 8% dos meninos fizeram a mesma avaliação.

O assédio sexual, ainda que relatado por uma porcentagem menor de escolas (2,3%), é igualmente preocupante, pois indica a presença de um problema grave que pode ter consequências devastadoras para as vítimas.

A persistência de relações excludentes e conflituosas, acrescidas de normas culturais que toleram as diversas formas de violência escolar, configura um desafio para o estabelecimento de um ambiente de pleno desenvolvimento e de exercício da cidadania, o que pode condicionar comportamentos que perpetuam incivilidades e/ou indisciplina, o que pode ocasionar futuros casos de violência extrema.

PREVENÇÃO E RESPOSTA À VIOLENCIA

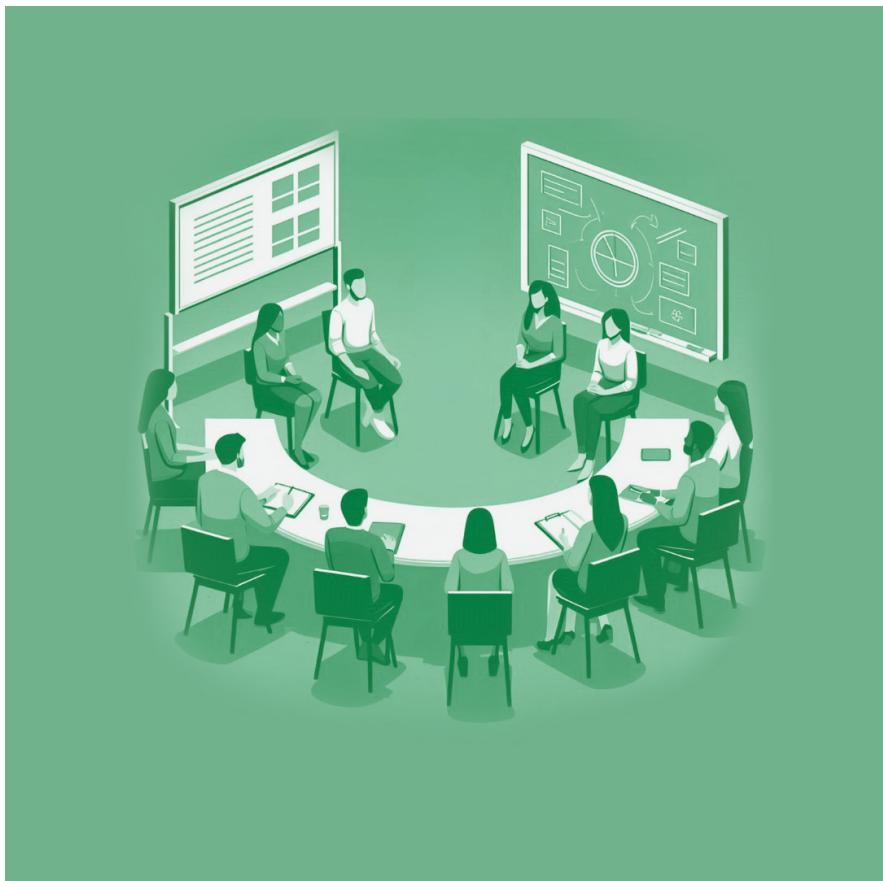


Imagen: ObservaDH

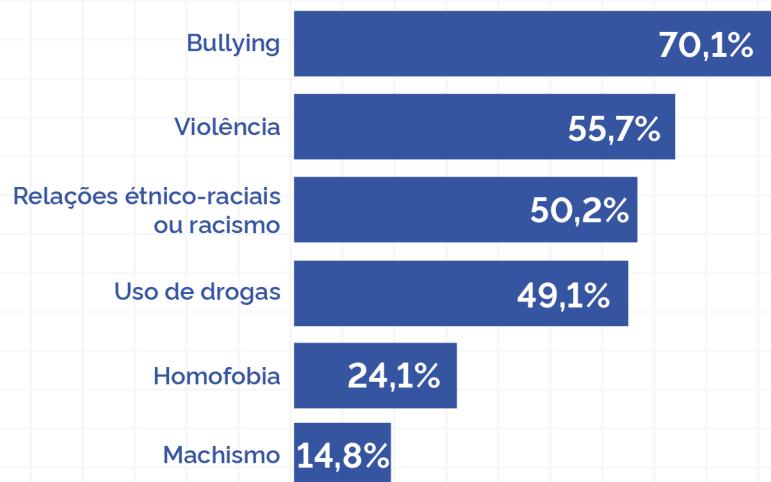
A prevenção e resposta à violência nas escolas exigem medidas de conscientização e sensibilização dos estudantes para o reconhecimento de comportamentos excludentes e de ações que reforçam preconceitos.

Os dados do Saeb, de 2021, destacam a existência de projetos temáticos de prevenção, nas instituições, abordando diversas formas de violência e discriminação.

Em 2021, 55,7% dos diretores afirmaram que suas escolas possuíam projetos temáticos focados na violência, em amplo aspecto. Esse percentual revela um compromisso significativo com a identificação e mitigação de comportamentos violentos, mas também indica que quase metade das escolas ainda necessitam de ações concretas nesse sentido.

De modo restrito, os dados demonstram que alguns tipos de violência são trabalhados nas escolas. Projetos temáticos sobre *bullying*, por exemplo, estavam presentes em 70,1% das escolas, conforme apontado pelos diretores. O *bullying* é uma forma de violência que pode ter impactos duradouros na saúde mental e no desempenho acadêmico dos estudantes, além de revelar práticas de exclusão e hostilidade que podem desencadear outras violências.

Percentual de pessoas em cargo de direção que informaram ter projetos temáticos na escola em que atuam, por tema. Brasil, 2021.



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil), 2021; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Apenas 14,8% dos diretores relataram a existência de projetos que enfrentam o machismo em suas escolas, evidenciando que a questão das desigualdades de gênero requer maior atenção, especialmente em um país com altas taxas de violência contra meninas e mulheres.

Por outro lado, a preocupação com a diversidade sexual apresenta um cenário mais positivo, com 24,1% das escolas implementando projetos temáticos voltados para o combate à homofobia e a sensibilização contra essa questão.

Já os projetos voltados ao enfrentamento do uso de drogas estavam presentes em 49,1% das instituições de ensino.

Finalmente, 50,2% dos diretores indicaram a existência de projetos sobre relações étnico-raciais e racismo. Considerando a diversidade étnica do Brasil, a promoção de projetos que abordem o racismo e incentivem a igualdade racial é crucial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Com base nos dados coletados pela Secadi/MEC, para o Diagnóstico da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq), observa-se que 35% das Redes Municipais de Educação afirmam possuir protocolo de prevenção e combate ao racismo ou injúria racial, enquanto 60% das Redes Estaduais de Educação dizem possuir protocolos de orientação para sua Rede.¹³

A presença de estruturas institucionais mostra-se relevante tanto na prevenção quanto nas respostas às questões de violência escolar. As informações do Censo Escolar, fornecem um mapeamento dessa rede onde é possível estabelecer prioridades para ampliar e fortalecer sua capacidade de atendimento preventivo e intervventivo.

Segundo o Censo Escolar de 2023, apenas 4% das escolas contam com profissionais de assistência à saúde, como bombeiros brigadistas, profissionais de urgência e emergência, enfermeiros, técnicos de enfermagem e/ou socorristas. Essa baixa presença de profissionais de saúde nas escolas pode limitar a capacidade de resposta imediata a situações de crise.

A presença de equipe de atendimento psicossocial para apoio às escolas é um tema importante, especialmente quando se considera o

13 Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/mec-divulga-painel-com-dados-do-diagnostico-equidade#:~:text=Painel%20E2%80%93%20O%20Painel%20Bi%20do%20Diagn%C3%B3stico%20Equidade%20apresenta%20informa%C3%A7%C3%A5es>>.

impacto positivo que esses profissionais podem ter na promoção do bem-estar da comunidade escolar. Os psicólogos estão presente em 14,2% das escolas, e orientadores comunitários ou assistentes sociais em 8% delas, o que reforça a necessidade de ampliar o debate sobre como fortalecer as redes de atendimento psicossocial e de prevenção às violências.

Questões como *bullying*, discriminação e até mesmo situações de violência autoprovocada, apontadas em dados da saúde, destacam a importância de um olhar atento para o cuidado socioemocional dos estudantes. A equipe de atendimento psicossocial pode atuar de forma estratégica junto à equipe gestora na identificação de estudantes que necessitam de acompanhamento e de encaminhamento para serviços especializados, sempre em articulação com outras políticas públicas de saúde e assistência social.

A construção de soluções que garantam esse suporte de maneira contínua e articulada deve considerar a realidade dos territórios e respeitar as especificidades de cada rede de ensino, promovendo o fortalecimento de uma rede integrada de cuidados.

Por fim, 21% das escolas possuem seguranças, guardas ou profissionais de segurança patrimonial. Há uma significativa falta de funcionários especialmente treinados para lidar com ameaças de ataques violentos (apenas 17,4% declararam possuir esse treinamento) e uma ausência marcante de planos e protocolos de resposta a emergências (62,2% das escolas declararam não possuir).

As iniciativas que se concentram unicamente no reforço de barreiras de controle e vigilância têm se mostrado insuficientes para enfrentar o problema, e indicam a importância da criação e implementação de planos de avaliação de ameaças e de respostas emergenciais. O levantamento

Existência de outras medidas de segurança na escola

85,3%



Controle de acesso à escola realizado por funcionário (a) da escola

59,7%



Câmeras de videomonitoramento em funcionamento na escola

56,4%



Muros capazes de evitar a entrada de uma pessoa (altura aproximada de 3 metros)

52,9%



Rede ou canal para compartilhamento de ameaças de ataques violentos contra a escola e sua comunidade escolar

37,8%



Plano/protocolo de resposta a emergências em caso de ataques violentos na escola

20,5%



Controle de acesso e/ou vigiância externa realizada por agentes de segurança privada contratados pela escola

17,4%



Funcionário especialmente capacitado para tratar de ameaças de ataques violentos na escola

16,6%



Cerca elétrica ou outro dispositivo de segurança sobre os muros no perímetro da escola

12,7%



Algum dispositivo de controle de acesso na entrada da escola (como catraca)

10,8%



Revista pessoal de alunos e/ou de suas mochilas na entrada da escola

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Inep, 2023.

realizado pelo FBSP e pelo Inep, revelou que a maioria das escolas brasileiras (85,3%) adota o controle de acesso por funcionários como principal medida de segurança física.

A pesquisa também revela que parcela importante da gestão escolar tem capacitação para identificar alunos propensos ao cometimento de ataques de violência extrema contra as escolas (59% das escolas). Entretanto, a maior parte dos professores não sabe o que fazer para atuar na prevenção dos ataques. Das escolas que responderam à pesquisa, 70,7% informaram que seus professores não receberam capacitação específica sobre prevenção de ataques violentos.

De modo análogo, não há sistematização de informações sobre ameaças, casos tentados e consumados: 66,7% das escolas não realizam sistematização de registros de ataques ocorridos na escola que tragam características dos perpetradores e das vítimas, mesmo em caso de ameaças. Além disso, 39,2% das escolas não oferecem aos estudantes espaços de escuta ou canais de denúncia para que alunos que sofrem algum tipo de violência possam reportar o incidente de forma anônima e segura.

O Ministério da Educação reafirma o compromisso na operacionalização e no fortalecimento Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas por meio do Programa Escola que Protege. Neste programa, o eixo de Dados e Monitoramento busca garantir informações qualificadas para subsidiar a tomada de decisões no enfrentamento das violências nas escolas. A criação e a disseminação de dados confiáveis são fundamentais para compreender os desafios enfrentados pelos territórios e promover políticas públicas mais eficazes e alinhadas às realidades locais.

Por meio da articulação intersetorial e da colaboração com outros ministérios, instituições de pesquisa e redes de proteção social, o MEC seguirá empenhado em aprimorar os fluxos de comunicação e em apoiar estados e municípios na construção de diagnósticos contínuos.

O Programa Escola que Protege segue como uma prioridade estratégica do MEC, promove transparência, amplia o acesso às informações e incentiva a implementação de observatórios locais que possibilitem a adaptação de políticas às necessidades de cada contexto escolar.

OPERAÇÃO ESCOLA SEGURA

O QUE PRECISA SER RELATADO?

- Local da ameaça;
- Dados do suspeito, se possível;
- Meios utilizados para a ameaça nas redes sociais, como site, rede social, endereço eletrônico; nome do usuário; URL do perfil em caso do Twitter, Instagram, Facebook, redes sociais em geral.

O serviço também dispõe de atendimento na Língua Brasileira de Sinais (Libras), por meio deste link: <https://atendelibras.mdh.gov.br/acesso>



www.gov.br/mj/pt-br/escolasegura

Canal exclusivo para recebimento de informações sobre ameaças e ataques contra as escolas. Todas as denúncias são anônimas e as informações enviadas serão mantidas sob sigilo.

WhatsApp (61) 99611-0100

Essa iniciativa também conta com um número exclusivo de para denúncias de ataques ou ameaças a escolas, além do Disque 100. O canal pode ser acessado por meio de mensagens de texto, áudios, fotos e vídeos, e as denúncias podem ser feitas anonimamente. As informações são encaminhadas com prioridade às autoridades de segurança para uma ação imediata.

Escola que PROTEGE!



SAIBA MAIS EM:



bit.ly/3Vxl6rb